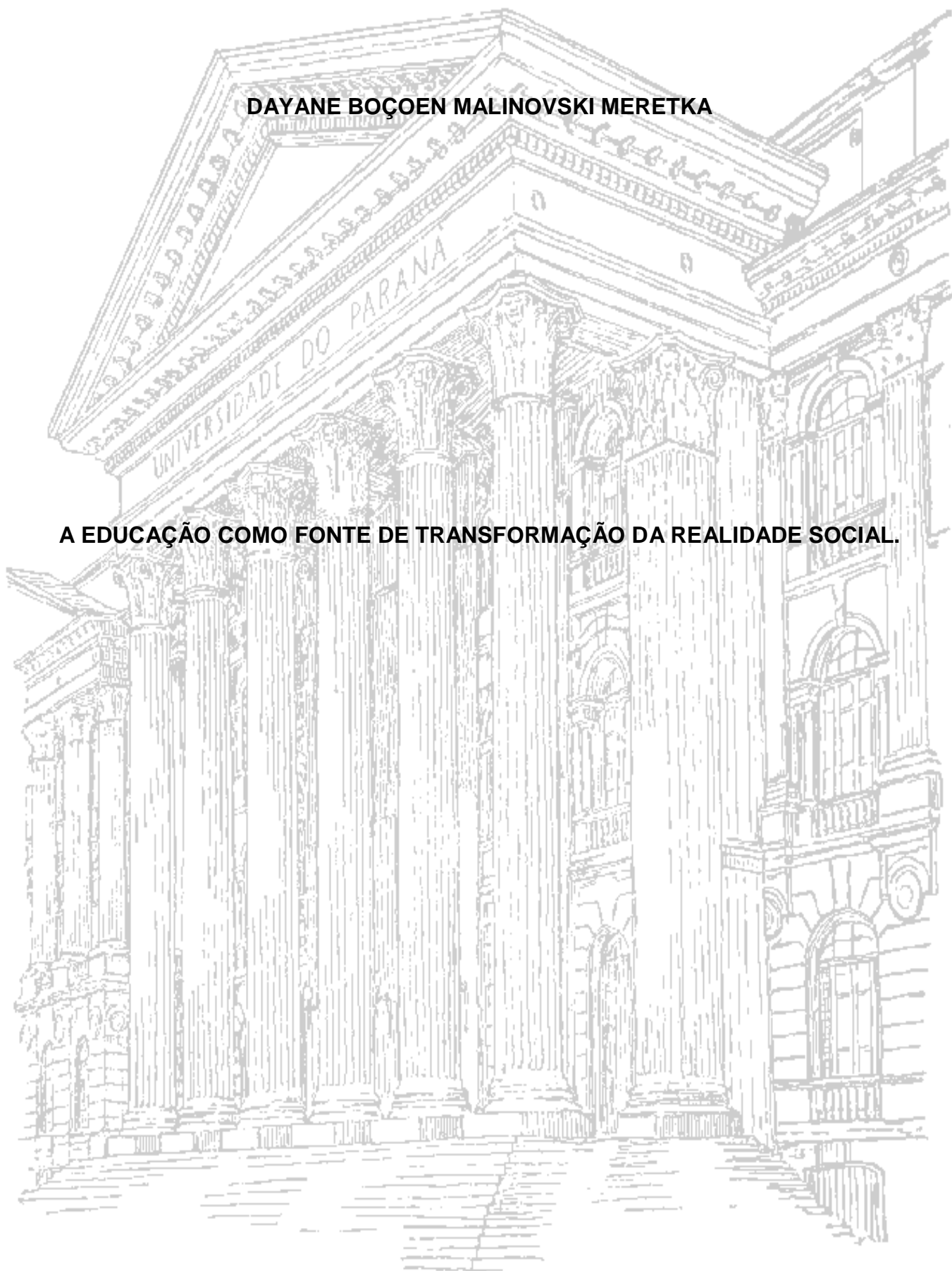


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DAYANE BOÇOEN MALINOVSKI MERETKA**

**A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.**



**DAYANE BOÇOEN MALINOVSKI MERETKA**

**A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>: Marli Patrícia Mikrut

**CURITIBA**

**2016**

## **A educação como fonte de transformação da realidade social.**

**Dayane Boçoen Malinovski Meretka**

### **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade refletir sobre a educação como fonte de transformação da realidade social, a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola, garantindo acesso igualitário às oportunidades. A educação é um caminho que abre portas para a vida social fazendo com que o aluno cresça psicologicamente, inovando e adquirindo novos conhecimentos. Neste será abordado a concepção de escola e educação, os princípios e objetivos da educação básica, juntamente com a organização didática da educação pública, os fundamentos e a organização da educação e a inclusão educacional que nos tempos de hoje não devem ficar de fora. Constata-se que a educação de crianças nas escolas regulares de ensino é um processo complexo, envolve a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade. Este trabalho desenvolveu-se com base em documentos oficiais, a metodologia utilizada reuniu as propostas e contribuições de Ferreira, Saviani e Mantoan a fim de garantir um estudo de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação – Sociedade  
aprendizagem.

### **1 INTRODUÇÃO**

A relação entre escola e sociedade, ao longo de sua história, passou por algumas transformações, refletir sobre as funções desta instituição em diferentes contextos torna-se importante na medida em que buscamos novos caminhos para a educação escolar, caminhos estes, articulados com a complexidade que caracteriza a atual sociedade.

Neste sentido, a escola cumpre uma função social essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante ações educativas.

Neste será abordado a concepção de escola e educação, os princípios e objetivos da educação básica, juntamente com a organização didática da educação

pública, os fundamentos e a organização da educação e a inclusão educacional que nos tempos de hoje não devem ficar de fora.

A metodologia utilizada para este estudo reuniu as propostas e contribuições de Ferreira, Saviani e Mantoan a fim de garantir um estudo de qualidade.

## 2. REVISÃO LITERATURA

### 2.1 A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A educação como fonte de transformação da realidade social nos faz perceber e avaliar nossas ações como educadores frente a educação de nossos alunos. Sabe-se que muitos alunos vão à escola não apenas com o intuito de estudar, mas a finalidade de ver e ter um ombro amigo sejam dos colegas, professores, merendeiras.

As atividades escolares não se constituem meramente da exploração dos conteúdos de ensino, já sistematizados nos livros didáticos ou previstos pelos programas oficiais, mas sim em um processo de participação ativa nas discussões e nas ações práticas sobre as questões da realidade social de todos os envolvidos. Nesse processo, a discussão, os relatos da experiência vivida, a socialização das informações, a pesquisa participante, o trabalho de grupo, entre outros atos educativo-reflexivos, fazem emergir temas geradores que podem ser sistematizados de modo a consolidar o conhecimento pelo aluno.

Para Ferreira (2006, p. 9) a aprendizagem é:

O processo pelo qual se efetuam mudanças, relativamente permanentes, no comportamento, as quais não podem ser explicadas por maturação, tendências de resposta inata, lesão ou alteração fisiológica do organismo, mas como resultado da experiência. (Ferreira, 2006 p. 9)

Sendo assim, a primeira aprendizagem ocorre nas experiências do dia-a-dia, que sofrem influência direta do contexto no qual a criança está inserida, já a aprendizagem escolar é sistematizada e trabalha com conceitos científicos, são assuntos trabalhados na escola, que tem sua relação no curso de desenvolvimento da criança.

O conhecimento de uma criança é construído em movimentos de idas e vindas, portanto, é fundamental que os educadores assumam seu papel de mediadores na ação educativa, mediadores que realizam intervenções pedagógicas no acompanhamento da ação e do pensamento individualizado.

#### 2.1.1 Concepção de Escola e Educação

A Escola configura-se como a instância que, construída pela sociedade, se incumbem de garantir que as novas gerações tenham acesso ao legado cultural da humanidade. É um espaço geográfico e histórico onde a educação se dá de forma intencional, estruturada, sistematizada e explícita. Nela, o conhecimento é assimilado, apropriado e construído ativamente, revestindo-se de criticidade e inovação, colaborando para o avanço cultural e atendendo às novas necessidades do ser humano.

De acordo com Saviani (2001, p.73):

A escola é valorizada como instrumento de apropriação do saber e pode contribuir para eliminar a seletividade e exclusão social, e é este fator que deve ser levado em consideração, a fim de erradicar as gritantes disparidades de níveis escolares, evasão escolar e marginalização. (Saviani, 2001, p.73).

Nesse contexto, todos os integrantes e também a própria Escola se transformam conforme as inquietações, as percepções, as mediações e as superações que ocorrem a todo o momento: percepção, mediação e superação se constituem em uma relação triangular da maior importância no processo educativo. Esses três aspectos devem ser tratados como algo que promove mudanças e amadurecimento no processo de relações interpessoais e educacionais, na medida em que a percepção permite que as pessoas envolvidas com a dinâmica educativa sejam capazes de identificar e diagnosticar problemas e dificuldades que podem facilitar ou bloquear a dinâmica educativa; mediação é a forma como os poderes e as forças inerentes aos problemas e situações diagnosticadas são tratados e encaminhados; e superação se dá na medida em que os aspectos identificados deixam de se apresentar como problemas e como dificuldades.

A Escola, como entidade educativa, tem como papel principal, a ampliação do repertório cultural, artístico e intelectual das suas crianças e de seus estudantes, motivo pelo qual se faz e se torna importante e significativa dentro da sociedade, contribuindo para a sua formação e transformação.

Além disso, a instituição escolar não pode estar desconectada do mundo afetivo da criança e do estudante, já que esse é um todo indivisível. A construção do conhecimento significativo se dá com envolvimento e disposição. Ninguém se entrega a uma atividade com alegria e prazer sem que esteja a ela integrado e envolvido por inúmeros aspectos e interesses. A Escola, portanto, deve estar atenta aos aspectos afetivos dos educandos, visto que os mesmos são condições fundamentais para a participação, tanto no processo de aprendizagem como na formação do espírito de solidariedade e colaboração.

A Escola, sendo comunitária e pública, tem como compromisso o desenvolvimento do ser humano, colaborando, de forma sistematizada e direcionada, para sua formação por meio da veiculação e produção de conhecimentos socialmente válidos. A estreita relação com a comunidade é perseguida, levando em conta suas características e necessidades.

As exigências impostas ao ser humano e à sociedade pelo processo econômico e pelo decorrente apelo de desenvolvimento tecnológico determinam a necessidade de estender a ação educativa por todo o curso da vida, tornando a educação um processo permanente e continuado.

A educação possui referencial e legislação específicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Aqui, se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996).

Com essa determinação, a Escola toma a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constitui, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

Ainda é preciso destacar que os princípios de educação assumidos pela Escola entrelaçam-se com o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 4/2010, no que tange ao seu caráter ético, estético e político. Além dos princípios, a Escola deve assumir a tarefa de educar e cuidar enquanto processos indissociáveis da formação humana que iniciam na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiências, jovens e adultos defasados em relação idade-série, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. (BRASIL, 2010a, p. 12).

Cabe destacar que, quando o fazer pedagógico, na Escola, desloca seu eixo central para a criança e o estudante, a cidadania também ganha contorno especial na proposta da Instituição. Assim, a Escola entende que a cidadania deve e pode ser exercida em todas as suas instâncias, oportunizando espaços de participação para a comunidade escolar como prática do humanismo contemporâneo. (BRASIL, 2010).

Por outro lado, ganha contorno primordial e desafiador na proposta da Escola, o processo de inclusão, como forma de possibilitar o aprender com qualidade. Tal proposta exige um esforço de todos na construção de formas de mediação, metodologias e instrumentos avaliativos que deem conta de atender às especificidades das crianças e dos estudantes com dificuldades e limitações, como também tempos e ritmos diferenciados, de acordo com as condições humanas, profissionais e estruturais disponíveis na Instituição.

#### 2.1.2 Princípios e Objetivos da Educação Básica.

A evolução constitucional do direito à educação no ensino obrigatório passou por grandes modificações ao longo do tempo, no entanto este processo histórico é recente em nosso país, expressando-se na Constituição de 1988 sendo reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que garante a educação básica gratuita, como sendo direito de todos e tendo por finalidade o desenvolvimento humano na sua plenitude em condições de liberdade e dignidade, bem como, seu preparo para o exercício pleno da cidadania, tornando-os seres críticos, capazes de transformar a realidade em que vivem.

Dessa forma, amparada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, toma a educação pública e gratuita como uma organização dinâmica dos saberes, na interação do indivíduo com o meio em que atua, afim de valorizar o desenvolvimento integral do indivíduo em seus diferentes aspectos sejam eles físico, cognitivo, afetivo e social. Sendo assim, é papel da escola garantir ao estudante o acesso à inclusão, a permanência, o sucesso e a conclusão de etapa, e a continuidade de seus estudos.

Visto a amplitude do papel da escola, as mesmas devem orientar-se em uma perspectiva, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, na Deliberação Estadual 02/2005, que regulamenta a Educação Infantil, na Lei 12.274



de 2006, a qual estabelece a duração de 09 anos para o ensino fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos, Resolução CNE/CEB nº 4/2010 e na Lei 13.005 de 2014, a qual, aprova o Plano Nacional de Educação.

De acordo com a LDB Art. 29. Alterado pela Lei nº 12.796, de 2013:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sendo assim, a escola tem o papel de promover o ensino de qualidade, que garanta aos educandos a interação entre os diversos campos do saber e cotidiano da criança tendo em vista o seu desenvolvimento integral.

Esta etapa se estrutura por meio da Lei 12.796/2013, que ressalta em seu Art. 31 que a Educação Infantil, será organizada em carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional, com controle de frequência igual ou acima a 60%, e no Ensino Fundamental a frequência deve ser igual ou superior a 75%.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Educação Infantil baseia-se sobre os princípios éticos, estéticos e políticos. Os Princípios Éticos visam à valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Os Princípios Políticos garantem o direito de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Princípios estéticos promovem a valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Na Lei 11.274/2006 Art. 32 “O Ensino Fundamental obrigatório com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.”

Sendo assim, quando a criança completa seis anos de idade, ela apropria-se das formas humanas de comunicação, explora o espaço de diferentes maneiras, desenvolve o pensamento espacial e amplia o vocabulário, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento biológico e cultural.

O ensino de nove anos, para as crianças é assegurar a todos um tempo mais longo de convívio escolar, mais oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. É evidente que a aprendizagem não depende do aumento do tempo de permanência na escola, mas do emprego mais eficaz do mesmo. A associação de ambos deve contribuir significativamente para que os educandos aprendam mais.

Dessa maneira, o ingresso de crianças no Ensino Fundamental obrigatório não pode constituir-se em medida meramente administrativa. O cuidado no decorrer do processo de desenvolvimento e aprendizagem implica o conhecimento e a atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas. Sendo assim, os professores, devem estar atentos a essas características para que as crianças sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado.

Para isso, no Ensino Fundamental e suas modalidades, os Princípios Éticos visam à justiça, solidariedade, liberdade e autonomia, de respeito à dignidade da pessoa e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Os Princípios Políticos buscam o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais, busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios, de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades, de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais. Os Princípios Estéticos procuram promover o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade e enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade, além da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira, de construção de identidades plurais e solidárias.

Pensando no bem-estar sociocultural e de aprendizagem dos educandos, as Escolas, devem almejar alcançar metas para atingir os objetivos do conhecimento, trabalhando pela manutenção e melhoria da estrutura física da escola e por meio do acompanhamento pedagógico no auxílio da elaboração do planejamento, nas práticas avaliativas, nas atividades dos professores e estimular a realização de projetos, planejando o uso de recursos para facilitar a transmissão de conhecimentos.

As Instituições devem valorizar a integração comunidade/escola realizando reuniões periódicas para divulgar as ações da escola, participação dos pais em atividades como palestras, exposições de trabalhos dos alunos, resgate de datas comemorativas, participação nos projetos, buscando estimular o desenvolvimento das capacidades afetivas, físicas, cognitivas, ética, estética, de inter-relação pessoal e inserção social entre os membros da comunidade escolar.

### 2.1.3 A Organização Didática da Educação Pública

A Constituição Federal assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, todas as atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola, devem obrigatoriamente convergir para as finalidades constitucionalmente estabelecidas, tendo como base a legislação vigente.

Com base na LDB (Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996) são fixados conteúdos básicos para o ensino fundamental básico de forma que permita assegurar a formação mínima comum com respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais de nosso país.

A Constituição Federal propõe em seu texto a reflexão sobre os fundamentos da educação, tanto mais teremos clareza sobre eles, podendo estabelecer os princípios gerais que devem nortear o ensino em qualquer nível, com autonomia, liberdade, desenvolvimento, valores que são condição que possibilitam uma conduta humana específica.

Os objetivos da educação são considerados de forma genérica, como conteúdo ético, relacionada à vida das pessoas, envolvendo sua dignidade, sua situação particular e histórica com suas exigências e particularidades. Objetivos estes que estão contemplados na lei maior da educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº. 9394/96), que consiste especialmente na formação da cidadania.

A educação deve proporcionar ao educando os meios necessários, isto é a aprendizagem e conhecimentos para entender o mundo em que ele vive e o momento histórico em que está situado. Educação formal é aquela construída dentro da instituição escolar socialmente reconhecida como escola no mínimo nove anos para o ensino fundamental e mais três para o Ensino Médio, a qual proporcionará a criança os conhecimentos básicos para sua vida.

O processo ensino-aprendizagem está organizado e sistematizado, dentro de parâmetros específicos fundamentados no mundo escolar, ou seja: currículo conteúdos, disciplinas, metodologias, objetivos, avaliação e planejamento, tudo isso posto juntamente com um corpo de recursos humanos preparado para alcançar os objetivos de ensino e de aprendizagem ao sujeito máximo do processo ao aluno que estão assegurados na legislação.

#### 2.1.4 Fundamentos e Organização da Educação

A organização, estrutura e funcionamento da educação esta amplamente descrita pela Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), envolvendo todas as escolas dos diferentes níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além das modalidades específicas de ensino, como Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Profissional e a Educação Especial, encontram-se devidamente descritas na referida lei.

Todas as modalidades estão fundamentadas e organizadas de acordo com suas especificidades para assegurar o atendimento a todos em todos os níveis constitucionalmente estabelecidos.

A Educação Infantil é o primeiro nível da Educação Básica apresentado na LDB, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos, considerando os aspectos: físico, psicológico, intelectual e social complementando assim a ação da família e da comunidade, nesta proposta. É oferecida em dois níveis: sendo o primeiro em creches para as crianças até três anos de idade e o segundo em Pré-Escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. (Artigo 29 da LDB).

O Ensino Fundamental, de acordo com o artigo 32 da LDB, é obrigatório e deve ser ofertado gratuitamente em escolas públicas, com duração mínima de nove anos e terá como objetivo a formação do cidadão, como o desenvolvimento da capacidade de aprender a ler, escrever e calcular, compreender o ambiente natural e social, o sistema político, tecnológico, das artes e valores em que se baseia a sociedade, desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, estruturando os conhecimentos e habilidades para a formação de atitudes e valores e fortalecendo os vínculos de família, dos sentimentos de solidariedade humana vivenciando a vida em sociedade, descritos na LDB.

O Ensino Médio é etapa final da educação básica, conforme o artigo 35 da LDB, com duração mínima de três anos, tendo como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, para o prosseguimento nos estudos, preparo para o trabalho e o exercício da cidadania do educando de forma a se adaptar a novas condições de vida, visar o aprimoramento do educando como pessoa humana, sendo sua formação ética para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico sendo capaz de compreender os fundamentos científico e tecnológicos dos processos produtivos da atualidade.

A Educação de Jovens e de Adultos – EJA está prevista nos artigos 37 e 38 da LDB propiciando aos jovens e adultos que por algum motivo não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio, possam fazê-lo através desta modalidade de estudo.

A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, é uma formação que está diretamente ligada ao trabalho, à ciência e à tecnologia que conduz ao permanente desenvolvimento de ações para a vida do trabalho. Estando regulamentada pelos artigos 39, 40 e 41 da LDB. Ainda temos a Educação Especial que, de conforme o artigo 58 da LDB é uma modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para as pessoas portadoras de alguma necessidade especial.

Como visto, a educação brasileira está regulamentada e assegurada pela Constituição Federal e na LDB 9394/96 e especificada pela segunda.

A educação formal é aquela realizada formalmente e documentada em alguma das instituições socialmente reconhecidas como escola. O processo de ensino-aprendizagem realizado nas instituições escolares traduz uma organização obrigatoriamente sistematizada, ou seja, de acordo com os parâmetros específicos da escola, sendo o currículo, disciplinas, metodologias, objetivos, avaliação e planejamento, tudo isso apropriado e documentado dentro da escola e amparados na legislação vigente para alcançar os objetivos do ensino e da aprendizagem propostos pelo sistema.

Os fundamentos da educação básica, nos remetem aos objetivos descritos tanto na Constituição como descritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que vem sendo alterados de acordo com as necessidades atuais, conforme ocorreu com o ensino de nove anos, que eram oito e em 2006 passou para nove.

Os objetivos do ensino básico podem ser considerados simples, mas muito importantes, sob o ponto de vista do conteúdo ético, relacionado com a vida das pessoas com sua dignidade, sua situação particular, histórica e exigências específicas.

Tudo está contemplado e consiste especialmente na formação da cidadania e do cidadão, sendo uma exigência democrática e na preparação para o ofício do trabalho voltada para a tecnologia e a produção atuais.

A educação deve propiciar ao educando os meios necessários para compreender o mundo em que vive e o momento histórico vivenciado, além de oferecer-lhe meios para enfrentar as influências nocivas para a sua própria vida e de sua comunidade.

#### 2.1.5 Inclusão Educacional

Pensar em uma educação para todos é também incluir alunos na escola, sejam quais forem suas necessidades educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (1996) em seu Art. 3º assegura que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, desta forma, toda criança tem direito de igualdade perante as demais.

A legislação obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança portadora de deficiência não deve ter de procurar uma escola especializada. Ela tem direito a cursar instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela.

Desse modo, as escolas vêm desenvolvendo meios mais flexíveis e maleáveis em sua forma de transmitir o conhecimento, a fim de oportunizar uma aprendizagem significativa. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 36):

O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que de conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas as suas características e necessidades...

Diante deste contexto o ambiente escolar deve respeita as diferenças e particularidades de cada individuo, oferecendo um espaço acolhedor e seguro, capaz de ensinar sem excluir ou discriminar os educandos, pois segundo a Declaração de Salamanca (1994 p.17-18)

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Sendo assim, devemos buscar não somente incluir alunos, mas sim inseri-los em um processo de integração no ensino que possibilite uma inclusão planejada, gradativa e contínua, permitindo a formação de vínculos estimuladores que reconheça e valorize as experiências dos alunos atendendo suas diferenças e necessidades específicas.

Para Mantoan (2006, p. 17),

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelas quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de

expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.(2006, p.17)

Assim, a inclusão é uma quebra de paradigmas, na qual, o aluno é visto como um ser que aprende como os demais. A escola, perante suas práticas e metodologias, precisa buscar ensinar respeitando as limitações de cada ser e buscando novos recursos que venham desenvolver integralmente este aluno, para que assim, sinta-se valorizado e inserido em uma sociedade.

Sabe-se então, que a inclusão educacional nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como o estudante se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é o fio que torna o processo de socialização e aprendizagem da cultura e sociedade que estamos inseridos, somos dela que evoluímos e nos equilibramos ou estacionamos no tempo e deixamos a diferença social e política dominar nosso país.

Todo o desenvolvimento deste trabalho procurou-se demonstrar o quanto a educação, quando trabalhada em conjunto transforma a vida das pessoas, proporcionando uma vida ativa na sociedade.

Ao aprofundar os estudos obteve-se como justificativa de que a socialização traz para todos nós, o desafio de mudarmos a forma de ver o mundo, de agir e pensar. Temos uma grande oportunidade quando convivemos com pessoas que são diferentes de nós. Oportunidade de crescermos, tornando-nos melhores solidários e mais humanos, todos se transformam nesta convivência.

A escola tem um papel fundamental para a mudança desse olhar, deve-se estar atento as atitudes discriminatórias que existem no ambiente escolar, ela deve proporcionar oportunidades para a construção do conhecimento através da descoberta e da invenção, subsídios estes indispensáveis para a participação ativa da criança no seu círculo social.

O professor deve estar comprometido com a educação, compreender que o ambiente deverá ser construído e reelaborado eternamente, respeitando suas dificuldades e limitações, uma vez que cada ser é único e insubstituível.

Reconhecer que os caminhos da ação nem sempre são fáceis, porém precisam ser trilhados com responsabilidade. Em nossas salas de aula sempre haverá uma coletividade diversificada e o nosso papel é facilitar, é possibilitar que cada criança possa fazer o seu trajeto pessoal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 10 outubro de 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **LEI 12.796/13**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FERREIRA, L. de F. **Em busca de uma teoria da aprendizagem humana**. 2006, Seminários – Aprendizagem humana. Rio Grande do Sul.

MANTOAN, M. T. E.. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Ed. Moderna Ltda, 2006.

PARANÁ, SEED. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais**. Curitiba, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5). 94 p.